

ROGÉRIO BARROS NUNES



IMPACTO POLÍTICO E PODER CULTURAL DE PRODUÇÕES FICTIONAIS: O CASO AINDA *ESTOU AQUI*



SÃO PAULO | 2025

ROGÉRIO BARROS NUNES



IMPACTO POLÍTICO E PODER CULTURAL DE PRODUÇÕES FICTIONAIS: O CASO AINDA ESTOU AQUI



SÃO PAULO | 2025

1.^a edição

Rogério Barros Nunes

**IMPACTO POLÍTICO E PODER CULTURAL DE PRODUÇÕES
FICTIONAIS: O CASO *AINDA ESTOU AQUI***

ISBN 978-65-6054-213-6



Rogério Barros Nunes

IMPACTO POLÍTICO E PODER CULTURAL DE PRODUÇÕES
FICCIONAIS: O CASO *AINDA ESTOU AQUI*

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORAR ARCHÉ
2025

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Internacional (CC BY- NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

N964i Nunes, Rogério Barros
Impacto político e poder cultural de produções ficcionais [livro eletrônico] : o caso Ainda estou aqui / Rogério Barros Nunes. – São Paulo, SP: Editora Arché, 2025.

Formato: PDF.

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN 978-65-6054-213-6

1. Cinema – Aspectos sociais. 2. Imaginário popular. 3. Cultura cinematográfica. 4. Repercussão midiática. 5. Indigenismo. I. Título.

CDD 791.43

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

[contato@periodicorease.pro.br](mailto: contato@periodicorease.pro.br)

1^a Edição- Copyright® 2025 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria da Lima n.^o 1.384 — Jardim Paulistano.
CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciências Sociais - FICS

Doutorando Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Me. Ubirailze Cunha Santos- Corporación Universitaria de Humanidades Y Ciencias Sociales de Chile

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutor. Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinhamá- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Fajardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albardonedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA|

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.^o 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Nota editorial da revista

A relação entre cultura e política nunca se deu de forma passiva ou neutra. Ao contrário, são inúmeros os episódios históricos em que produções artísticas – em especial as cinematográficas – não apenas ecoaram transformações sociais em curso, como também atuaram como catalisadores de processos políticos, tensionaram estruturas de poder, impulsionaram debates públicos e reacenderam memórias coletivas.

Este livro digital se insere justamente nesse campo de intersecção entre o simbólico e o institucional, ao investigar o impacto político e o poder cultural das produções cinematográficas ficcionais no Brasil contemporâneo, com foco analítico no filme *Ainda Estou Aqui* (2024), dirigido por Walter Salles. O texto apresentado representa um capítulo (aqui desmembrado em três partes) da dissertação “EDUCAÇÃO, CINEMA INDÍGENA E DIREITO AMBIENTAL: Oficinas de Roteiro para Ampliação de Públicos e Resistência na Era da Justiça Climática”, apresentada no

mestrado em Ciências da Educação da Veni Creator Christian University (EUA).

O longa-metragem, baseado na obra homônima de Marcelo Rubens Paiva, reconstrói de forma ficcionalizada – mas intensamente fundamentada na realidade histórica – a trajetória de sua família. A mãe, Eunice Paiva, empreende luta por justiça diante da violenta repressão que vitimou seu marido, o ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido sob custódia do Estado durante a Ditadura Militar. A figura de Eunice é central não apenas como personagem, mas como símbolo de resistência, transformação e memória. A recepção do filme pelo grande público, suas conquistas em premiações internacionais e o debate social gerado por sua larga exibição em escala nacional, indicam que *Ainda Estou Aqui* ultrapassou os limites do entretenimento e se transformou em diferenciado acontecimento político e cultural.

O livro está fragmentado em três breves capítulos, cada um abordando dimensões distintas, mas interconectadas, do fenômeno

gerado por essa produção cinematográfica. A leitura convida a refletir sobre o papel do audiovisual na construção do imaginário político nacional, o alcance simbólico de representações culturais na defesa de direitos humanos e a forma como a arte pode provocar mobilizações concretas dentro e fora das instituições.

O primeiro capítulo trata da inesperada reativação, no início de 2025, do julgamento da Lei da Anistia pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Após anos de estagnação institucional, a corte voltou a se debruçar sobre a constitucionalidade do perdão legal concedido a agentes do Estado envolvidos em tortura, desaparecimentos e assassinatos durante o regime militar. O estopim simbólico desse movimento foi a repercussão do filme *Ainda Estou Aqui*, que reacendeu o interesse da opinião pública e a pressão sobre o sistema de justiça. O capítulo analisa os desdobramentos jurídicos e políticos desse cenário, com destaque para o papel do cinema como provocador de agendas judiciais, bem como os votos dos ministros e os argumentos invocados no caso

paradigmático do ex-deputado Rubens Paiva.

Já no segundo capítulo, o foco se desloca para a dimensão humana e histórica da narrativa. A trajetória de Eunice Paiva é explorada em temporalidade mais elástica: de mulher atingida pela violência de Estado a advogada atuante na causa indígena e figura pública de resistência. Ao longo das páginas, traça-se uma linha entre a vida real de Eunice e sua representação ficcional nas telas, interpretada com rara sensibilidade e sofisticada contenção dramática por Fernanda Torres. A análise abrange ainda a forma como o filme recupera a memória nacional, toca emocionalmente o público e resgata o valor da ideia de proteção de um sempre ameaçado Estado Democrático de Direito. Este capítulo também investiga o prodígio de mobilização popular e comoção em torno do filme, desde manifestações nas redes sociais até homenagens carnavalescas — sintomas de sua diferenciada penetração no imaginário popular.

O capítulo final amplia o debate para o campo das teorias

culturais e da comunicação política. Refletindo sobre o conceito de “poder cultural”, tal como discutido pelo pesquisador Franthiesco Ballerin, examina-se o cinema como mecanismo estratégico de influência sociopolítica. São traçados paralelos entre *Ainda Estou Aqui* e outras produções como *Tropa de Elite* (2007), de José Padilha, para demonstrar como narrativas ficcionais são capazes de moldar mentalidades, legitimar discursos e consolidar simbologias que repercutem no cenário eleitoral, no imaginário social, nas políticas de massa e na opinião pública. Dessa maneira, resta demonstrada a importância do engajamento emocional do público cinematográfico como chave para uma adesão popular ampla e influente. Destaca-se ainda como a dinâmica da ficção – mais destacadamente do que o documentário – se mostra eficaz para criação de mobilização coletiva no campo simbólico de determinado povo.

Ao final desta leitura, espera-se que o leitor compreenda como o cinema – longe de ser apenas diversão – pode ocupar um papel central no embate de ideias, na formação de identidades

políticas e no enfrentamento dos traumas históricos de um país.

Mais do que relatar os acontecimentos em torno de *Ainda Estou Aqui*, este livro deseja contribuir para o entendimento do lugar da arte como ferramenta de consciência crítica e construção democrática.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	19
A REABERTURA DA FERIDA: STF E A REDISCUSSÃO DA LEI DA ANISTIA EM 2025	
CAPÍTULO 2.....	22
O LEGADO DE EUNICE PAIVA E A FORÇA DO CINEMA NA DEFESA DA DEMOCRACIA	
CAPÍTULO 3.....	30
A FORÇA DA REPRESENTAÇÃO: CINEMA, EMOÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	41
ÍNDICE REMISSIVO.....	45

**IMPACTO POLÍTICO E PODER CULTURAL DE PRODUÇÕES
FICTIONAIS: O CASO *AINDA ESTOU AQUI***

**POLITICAL IMPACT AND CULTURAL POWER OF FICTIONAL
PRODUCTIONS: THE CASE OF *I'M STILL HERE***

**IMPACTO POLÍTICO Y PODER CULTURAL DE LAS
PRODUCCIONES DE FICCIÓN: EL CASO DE *AINDA ESTOY AQUI***

CAPÍTULO 1

A REABERTURA DA FERIDA: STF E A REDISCUSSÃO DA LEI DA ANISTIA EM 2025

A REABERTURA DA FERIDA: STF E A REDISCUSSÃO DA LEI DA ANISTIA EM 2025

Em fevereiro de 2025, após anos de paralisação, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou análise para julgar ações judiciais que questionam a Lei da Anistia e seu perdão aos crimes cometidos após o golpe militar de 1964, na vigência da Ditadura a seguir implantada:

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria nesta quarta-feira (19) para que a corte discuta se os chamados crimes permanentes e aqueles que representam graves violações de direitos humanos cometidos durante a ditadura militar podem ser protegidos pela Lei da Anistia. A discussão ocorre no âmbito do caso do ex-deputado Rubens Paiva, sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes. O magistrado é autor de voto que abre caminho para a análise sobre a abrangência do perdão dado a militares no período (FOLHA DE S. PAULO, 2025).

Nas palavras do procurador da República Sérgio Suiama, do Grupo de Trabalho Justiça de Transição do Ministério Público Federal (MPF), houve um fator decisivo no retorno do tema aos trabalhos da mais alta corte de justiça do país — a repercussão em

torno do filme *Ainda Estou Aqui* (2024), de Walter Salles, a maior bilheteria do cinema brasileiro pós-pandemia. Segundo matéria da BBC News Brasil, questionado sobre se o filme influenciou o STF a voltar a se debruçar sobre a Lei da Anistia, respondeu: "Com certeza. Estava tudo parado há anos" (SCHREIBER, 2025). E já em fevereiro de 2025 "STF tem maioria para rediscutir anistia a militares no caso Rubens Paiva e de outras vítimas da ditadura" (FOLHA DE S. PAULO, 2025). Relator do caso, o Ministro Flávio Dino chegou a mencionar o filme em seu voto na tese de que o crime de ocultação de cadáver é permanente e não poderia prescrever (SCHREIBER, 2025):

O crime de ocultação de cadáver tem, portanto, uma altíssima lesividade, justamente por privar as famílias desse ato tão essencial (o sepultamento). No momento presente, o filme '*Ainda Estou Aqui*' - derivado do livro de Marcelo Rubens Paiva e estrelado por Fernanda Torres (Eunice) - tem comovido milhões de brasileiros e estrangeiros.

CAPÍTULO 2

O LEGADO DE EUNICE PAIVA E A FORÇA DO CINEMA NA DEFESA DA DEMOCRACIA

O LEGADO DE EUNICE PAIVA E A FORÇA DO CINEMA NA DEFESA DA DEMOCRACIA

Baseado em livro homônimo do escritor Marcelo Rubens Paiva, a história acompanha o drama de sua família violentada pelo sequestro, tortura, assassinato e ocultação do cadáver de seu pai, o ex-deputado federal, Rubens Paiva, em 1971. Narra a luta de sua mãe, Eunice Paiva, para conduzir a família após os crimes cometidos pelas forças policiais do Estado repressor de então. Ela decidiu estudar Direito e se formou aos 48 anos empreendendo longa batalha judicial contra o Estado para obter a certidão de óbito do marido, um reconhecimento legal das graves violações cometidas durante o período ditatorial. Especializou-se em direito indígena sendo uma destacada defensora desta causa no país.

O filme foi fortemente impulsionado por premiações internacionais que incluem Melhor Roteiro no Festival de Veneza onde estreou, Melhor Filme Ibero-americano no Goya e o Prêmio do PÚblico no Festival Internacional de Rotterdam entre outros.

Especial comoção girou em torno das premiações de Fernanda Torres, intérprete de Eunice Paiva, que venceu o Globo de Ouro e foi indicada ao Oscar de Melhor Atriz repetindo o feito de sua mãe, Fernanda Montenegro, em Central do Brasil (1998), dirigido pelo mesmo Walter Salles. Após a indicação oficial ao Oscar, a campanha de *Ainda Estou Aqui* obteve imensa repercussão nacional, sendo comparada por vezes à mobilização em torno de uma Copa do Mundo de Futebol. O filme recebeu indicações em três categorias, incluindo Melhor Filme Internacional e Melhor Filme, sendo este o maior prêmio do evento. Conquistou o prêmio de Melhor Filme Internacional em uma transmissão ao vivo em televisão aberta que exibiu imagens de indígenas de Manaus comemorando a vitória.

Eunice Paiva, protagonista da história, dedicou grande parte de sua atuação profissional como advogada à causa indígena, o que intensificou a repercussão do filme entre as comunidades originárias. Para o diretor, entretanto, a maior premiação não vem

dos festivais, mas sim da presença do público brasileiro nas salas de cinema. Após três meses em cartaz, *Ainda Estou Aqui* superou a marca de cinco milhões de espectadores no Brasil. Em entrevista à BBC News Brasil, afirma Salles (PINA, 2025):

[...] esse filme, mais do que qualquer outro que eu dirigi, foi feito para oferecer um reflexo do Brasil em um momento complexo de sua história, para o público brasileiro. Esse é o propósito do filme. Depois vêm os prêmios que o filme pode vir a receber, ou não. Esse reencontro do público com a sua própria história nas salas de cinema foi o maior prêmio com que poderíamos sonhar.

O fato de ter se transformado em assunto de debate popular elasteceu espaços de discussão e alcançou campos opostos da polarização política que divide a nação. Mesmo pessoas conservadoras assistiram ao filme e se identificaram com os personagens de uma família tradicional despedaçada injustamente como conta o jornalista Inácio Araújo (2024) em artigo na Folha de S. Paulo intitulado “Como ‘Ainda Estou Aqui’ superou briga política e virou sucesso comercial”.

Ao contrário de outras nações sul-americanas como a Argentina que levou aos tribunais militares que cometaram crimes durante sua ditadura, o Brasil seguiu o caminho da contemporização que, para alguns, deixa a porta aberta para novas ideias de rupturas antidemocráticas. É como diz o doutor em História Social e escritor, Leandro Seawright (2025):

O esquecimento de reserva é lembrar-se de outro modo, até desfigurar fantasmas em vez de cultivá-los. A pergunta atual —embalada pelo sucesso do filme "Ainda Estou Aqui"— é: por que ainda não revimos/revogamos a Lei da Anistia? Os pesadelos têm sua história, e acordar é despertar dos maus sonhos quem quer conciliar com fantasmas.

Assim, o tema da impunidade dos agentes do Estado na Ditadura Militar volta a ganhar força como problema não resolvido a estimular novas insurreições e levantes golpistas. Um exemplo ocorreu em 2022, quando o então presidente Jair Bolsonaro planejou decretar Estado de Sítio ou Estado de Defesa com o intuito de impedir a posse do presidente eleito e permanecer no cargo

mesmo após sua derrota na eleição. Segundo delação premiada do seu ex-ajudante de ordens, Coronel Mauro Cid, o ex-presidente pôs em andamento articulação para dar um golpe de estado cumprindo longeva sequência de declarações públicas de desapreço à democracia. Após questionar sem provas a segurança das urnas eletrônicas instalando descrédito no sistema eleitoral brasileiro junto à população e insuflar apoiadores contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o STF, Bolsonaro tentou ainda conluio com os comandantes das Forças Armadas e haveria até mesmo plano de assassinato do Ministro do STF, Alexandre de Moraes (cuja atuação como Presidente do TSE defendeu as instituições republicanas contra os avanços inconstitucionais) de Lula, vencedor das eleições, e seu vice, Geraldo Alckmin.

Legiões de manifestantes que clamavam por intervenção militar à porta de quartéis invadiram a sede dos 3 Poderes na capital federal numa tentativa de instalar caos preparatório a legitimar

novo golpe no país. O ato abalou a nação e sua data, 8 de janeiro, ficou conhecida como uma prova de resistência da democracia na era atual. Em 18 de fevereiro de 2025, após investigação, a Procuradoria Geral da República (PGR) oficialmente denuncia Bolsonaro e mais 33 pessoas por associação criminosa armada, tentativa de golpe de estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dentre outros crimes (COUTINHO, 2025).

Antes do carnaval, larga faixa da população acompanhou na *internet* a criação de memes, em tom de galhofa, prevendo alegria ao se perguntar “como seria se a prisão de Bolsonaro ocorresse durante o carnaval, daqui a duas semanas, quando a atriz Fernanda Torres e o longa-metragem brasileiro ‘*Ainda Estou Aqui*’ podem conquistar premiações no Oscar?” (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2025). Durante o reinado de Momo uma máscara que ganhou as ruas foi justamente a da atriz no embalo da torcida por prêmios na midiática cerimônia da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de

Hollywood.

Em resposta aos pedidos de parlamentares e do próprio Bolsonaro por perdão a si e aos indiciados do 8 de janeiro, uma frase cresceu e alardeou-se nos blocos de rua pelo país: "Sem Anistia", como dito na matéria da Folha de S. Paulo, "Em tom político, blocos têm gritos de 'sem anistia' e homenagem a Eunice Paiva" (MENON; LACERDA; MOURA, 2025):

O Jegue Elétrico, que celebrou seu aniversário de 25 anos, marcou posição sobre os ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023 com um refrão "sem anistia". Fundado pelo músico Emerson Boy, que cantava no trio elétrico, o Jegue tem a tradição de criar marchinhas com temas políticos. "Sem anistia, tem que acabar com essa mania", repetia o coro ao final do cortejo, na rua Artur de Azevedo.

CAPÍTULO 3

A FORÇA DA REPRESENTAÇÃO: CINEMA, EMOÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO

A FORÇA DA REPRESENTAÇÃO: CINEMA, EMOÇÃO E ENGAJAMENTO POLÍTICO

Os episódios ilustram o expressivo poder cultural do cinema de se transformar em assunto popular no imaginário e na atuação política das massas. Um exemplo desse impacto é a homenagem prestada a Eunice Paiva por blocos de carnaval que saudaram suas contribuições e legado. O Bloco da Terreirada, na zona norte do Rio de Janeiro, confeccionou estandartes com o nome e a imagem da advogada, ladeada por outros estandartes que destacavam os educadores Paulo Freire e Lydia Hortélio.

No carnaval de 2008, outro filme e protagonista também provocaram intensa empatia e mobilização popular. Famílias inteiras, de bebês a idosos, incluindo muitas mulheres e crianças, saíram às ruas fantasiadas de Capitão Nascimento, o heroicizado protagonista de Tropa de Elite (2007), de José Padilha. Esse personagem, integrante do BOPE – Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro –, recorria à tortura e

assassinatos em sua atuação contra o narcotráfico. Segundo observação pessoal, durante o carnaval daquele ano em Recife e Olinda, essa representação mobilizou grande número de pessoas, consolidando um fenômeno de forte identificação com o personagem. Ainda carece de mensuração precisa o impacto que teve esta obra no imaginário brasileiro, sobretudo no que diz respeito à permissividade de práticas autoritárias e à difusão da ideologia de um Estado policial violador de direitos humanos. Não é surpreendente, contudo, considerar que tal representação possa ter contribuído para a difusão de um ideário totalitário e para a ascensão da extrema direita no Brasil, que se consolidou poucos anos depois com a eleição de um Presidente da República que fez carreira política no mesmo Rio de Janeiro ao defender publicamente práticas como tortura e esquadrões da morte com suas execuções sumárias.

O fenômeno da enorme influência que o setor cultural pode

desencadear não é raro nem aleatório, pode ser mensurado e provocado por planejamento e método. O doutorado do jornalista Franthiesco Ballerin resultou justamente no livro “Poder Cultural: Mecanismos de Consolidação do Poder na Arte e no Entretenimento no Século 21”. Em suas palavras, poder cultural é “a manifestação individual da consagração adquirida em âmbito mundial, capaz de influenciar pessoas, movimentar milhões de fãs” (BALLERIN apud CORREIA, 2025).

O alcance internacional surge como característica definidora, o que reforça pendor favorável à arte indígena, pois esta goza de imensa receptividade estrangeira, sendo atrelada ao espírito da atualidade que valoriza os direitos dos povos originários e a preservação da natureza na era da crise climática. Auspíciosa ainda a lembrança de que o poder político no Brasil, seja por meio da esquerda ou direita, almeja sua consolidação como potência regional, e também depende e anseia interlocução internacional por

conta de suas altas ambições comerciais, geopolíticas e diplomáticas.

Desse modo, torna-se possível que um simples filme de longa-metragem adentre o espírito da época e sua vida política, desdobrando sentidos e manifestações ativas capazes de influenciar destinos. Ballerin inclusive verifica que “o audiovisual se tornou o meio preponderante de formação do poder cultural de qualquer artista no século 21” (CORREIA, 2025). Infelizmente, uma das conclusões de Ballerin é que “o poder cultural é conquistado, muitas vezes, com estratégias injustas” (CORREIA, 2025).

Atenção especial deve ser conferida ao fato de o pesquisador atrelar poder cultural a obras artísticas e, naturalmente, a seus criadores. Isto fortalece a ideia de que a ficção exerce maior influência sociopolítica em relação ao documentário, ao qual não se costuma atribuir destacadamente caráter artístico; muito mais jornalístico, informativo ou documental.

Os fatos anteriormente¹ narrados envolvendo *Aquarius* (2016), de Kleber Mendonça Filho, também esses acerca de *Tropa de Elite* e especialmente, *Ainda Estou Aqui*, são demonstração da amplitude do poder cultural que filmes ficcionais podem atingir. Ainda que baseado em fatos reais *Ainda Estou Aqui* naturalmente utiliza atores na representação da trama e movimenta ferramentas cinematográficas da ficção quanto à direção de arte, iluminação, figurino, fotografia e demais elementos da mise-en-scène². Mais preciso e relevante é apontar que a adesão enérgica do público a *Ainda Estou Aqui* decorreu justamente de sua apresentação e estrutura ficcional, o que favoreceu maior engajamento e

¹A íntegra da dissertação contém um capítulo intitulado “O documentário como instrumento de resiliência: virtudes e delimitações”, no qual o longa-metragem ficcional *Aquarius* é mencionado.

²Mise-en-scène é o arranjo de cenários e adereços em uma peça teatral. Traduzido do francês, significa “montar o palco”, mas, na análise filmica, o termo mise-en-scène refere-se a tudo que está diante da câmera, incluindo cenografia, iluminação e atores. A mise-en-scène no cinema é o efeito geral de como esses elementos se combinam para o espectador. Os elementos da mise-en-scène incluem: cenários, objetos de cena, iluminação, figurinos, marcação de atores e composição de cena (STUDIOBINDER, 2024). — Tradução do autor.

identificação emocional — elementos cruciais para influência social.

Uma parte da disputa simbólica dá-se na repercussão do filme em meios de comunicação. No caso de *Ainda Estou Aqui*, a difusão de reportagens e conteúdos em redes sociais acerca da atuação de Eunice Paiva como advogada da causa indígena ilustra como esta circulação reforça narrativas positivas e também fortalece a visibilidade e a luta dos povos originários por seus direitos e dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota editorial da revista.

Ao longo deste livro digital, buscamos compreender de que maneira uma obra ficcional como Ainda Estou Aqui foi capaz de transbordar os limites da arte e se afirmar como força atuante no cenário político e cultural brasileiro. Analisamos como um filme, ainda que fundado em elementos estéticos, narrativos e dramatúrgicos, pode se constituir como vetor de memória, justiça, resistência e disputa simbólica.

Partimos da reabertura do debate em torno da Lei da Anistia pelo Supremo Tribunal Federal, impulsionado pela comoção nacional provocada pelo filme, e chegamos à reflexão mais ampla sobre o poder cultural do audiovisual na formação do imaginário político contemporâneo. O percurso nos permitiu observar que o engajamento emocional gerado pela ficção, quando alinhado a valores democráticos e à luta por direitos humanos, tem o potencial de influenciar instituições, pautar o debate público e

provocarmovimentações sociais concretas.

Ainda Estou Aqui revela-se, portanto, como obra-síntese de um Brasil em ebuição: um país que ainda convive com as sombras da ditadura militar, que enfrenta os fantasmas do autoritarismo, mas que também demonstra enorme capacidade de mobilização popular e de reencontro com a verdade histórica por meio da cultura. O legado de Eunice Paiva, exaltado na narrativa cinematográfica e resgatado nas ruas, é símbolo dessa travessia: da dor à ação, do silenciamento à denúncia, da invisibilidade à justiça. A análise empreendida neste livro pretendeu mostrar que a cultura não é acessório nem ornamento da vida política — ela é, muitas vezes, seu motor. O cinema, especialmente, se revela um campo fértil de disputas de sentidos, capaz de moldar percepções, tocar afetos e estimular mudanças. Como demonstrado nos capítulos anteriores, isso não se dá apenas por acaso, mas também como resultado de estratégias conscientes de criação, circulação e

recepção.

Finalizamos este trabalho reafirmando que, em um país em que a democracia ainda é frágil e constantemente testada, as produções culturais de impacto, sobretudo as ficcionais, desempenham papel decisivo na reconstrução do tecido social. Elas contribuem para que as memórias dolorosas não sejam apagadas, para que os direitos conquistados sejam preservados e para que novos horizontes de justiça e inclusão sejam sonhados.

Que Ainda Estou Aqui, enquanto filme e símbolo, continue inspirando debates, ações e reflexões. E que esta obra possa, a seu modo, somar-se a esse movimento coletivo de memória, resistência e transformação.

Ficção é memória encenada e memória é o primeiro passo para a justiça!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inácio. Como '*Ainda Estou Aqui*' superou briga política e virou sucesso comercial. **Folha de S. Paulo**. 19 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2024/11/como-ainda-estou-aqui-superou-briga-politica-e-virou-sucesso-comercial.shtml> Acesso em: 25 fev. 2025.

CORREIA, Donny. Força de '*Ainda Estou Aqui*' no Oscar reflete nova lógica de poder cultural. **Folha de S. Paulo**. 1 mar. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2025/03/forca-de-ainda-estou-aqui-no-oscar-reflete-nova-logica-de-poder-cultural.shtml?pwgt=l4c70d9cloy88mm18arxknegowityg2v11zkv7mmv7nmvoxu&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift Acesso em: 04 mar. 2025.

COUTINHO, Mateus. PGR denuncia Bolsonaro e mais 33 por tentativa de golpe de Estado. **UOL**. 18 fev. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/02/18/denuncia-pgr-bolsonaro-tentativa-golpe-stf.htm> Acesso em: 25 fev. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. STF tem maioria para rediscutir anistia a militares no caso Rubens Paiva e de outras vítimas da ditadura. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 fev. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/02/stf-tem-maioria-para-rediscutir-anistia-a-militares-no-caso-rubens-paiva-e-de-outras-vitimas-da-ditadura.shtml> Acesso em 20 fev. 2025.

MENON, Isabella; LACERDA, Lucas; MOURA, Matheus. Em tom político, blocos têm gritos de 'sem anistia' e homenagem a Eunice Paiva. **Folha de S. Paulo**. 1 mar. 2025. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/03/em-tom-politico-blocos-tem-gritos-de-sem-anistia-e-homenagem-a-eunice-paiva.shtml?pwgt=l4c70dchwcft5hlpgntguqh0t2ivmqof9cngxeridxxktwjm&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift. Acesso em: 04 mar. 2025.

PINA, Rute. Walter Salles: '*Ainda Estou Aqui*' é reencontro do Brasil com sua história, diz diretor. **BBC News Brasil**. 20 fev. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4g31z1jx6jo> Acesso em 25 fev. 2025.

RIBEIRO, Andrei, OLIVEIRA, Rebeca. Internautas requestam memes e sonham com dobradinha de Carnaval: prisão de Bolsonaro e Oscar de Fernanda Torres. **Folha de S. Paulo**. 19 fev. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2025/02/internautas-requestam-memes-e-sonham-com-dobradinha-de-carnaval-prisao-de-bolsonaro-e-oscar-de-fernanda-torres.shtml> Acesso em: 26 fev. 2025.

SCHEREIBER, Mariana. Como '*Ainda Estou Aqui*' influenciou STF a reabrir debate sobre Lei da Anistia na corte. **CNN BRASIL**. 15 fev. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3rwgdx5g31o> Acesso em: 25 fev. 2025.

SEAWRIGHT, Leandro. A Lei da Anistia deve ser revista? SIM. **Folha de S. Paulo**. 21 fev. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2025/02/a-lei-da-anistia-deve-ser-revista-sim.shtml> Acesso em: 25 fev. 2025.

WHAT is mise en scène in film: definition and examples. **STUDIOBINDER**. 25 dez. 2024. Disponível em:

<https://www.studiobinder.com/blog/mise-en-scene/> Acesso em: 26 mar. 2025.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aleatório, 33

Ambições, 34

Anistia', 29

Ascensão, 32

Assassinato, 23

Atuação, 36

B

Batalha, 23

C

Cadáver, 21, 23

Carreira, 32

Cinematográficas, 9

Coletivas, 9

Comunicação, 36

Conservadoras, 25

Contemporâneo, 38

Conteúdos, 36

Cultura, 9

D

Decisivo, 20

Defensora, 23

Democracia, 27

Desdobramentos, 11

Difusão, 32

Dignidade, 36

Dimensões, 10

Dinâmica, 13

Ditadura, 10	Fenômeno, 10
Ditatorial, 23	Ficção, 34
Documental, 34	Ficcional, 38
Dramatúrgicos, 38	Fundamentada, 10
E	
Encenada, 40	Golpistas, 26
Engajamento, 38	H
Escala, 10	Histórica, 10
Estagnação, 11	Homônimo, 23
Estéticos, 38	Humanos, 38
Estratégias, 34	I
Exibição, 10	Ideologia, 32
Expressivo, 31	Impulsionado, 23
F	
Família, 23	Indígena, 23
Fantasmas, 39	Individual, 33
	Informativo, 34

Insurreições, 26	N
Intensamente, 10	Narrativos, 38
Interconectadas, 10	O
Intersecção, 9	Ocultação, 23
Invisibilidade, 39	P
J	Paralisia, 20
Jornalístico, 34	Passiva, 9
Justiça, 11	Período, 23
M	Personagem, 10
Máscara, 28	Personagens, 25
Memórias, 9	Política, 9
Mensuração, 32	Premiações, 10
Metragem, 10	Presidente, 26
Militar, 10	Público, 10
Mobilizou, 32	R
	Realidade, 10

Repercussão, 24

T

Reportagens, 36

Tortura, 23

República, 20

Trajetória, 12

Resistência, 10

Transformação, 10

S

Traumas, 14

Sequestro, 23

V

Símbolo, 10

Violador, 32

Sistema, 11

Violência, 12

Vítimas, 21

IMPACTO POLÍTICO E PODER CULTURAL DE PRODUÇÕES FICCIONAIS: O CASO *AINDA ESTOU AQUI*

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.
São Paulo- SP.
Telefone: +55(11) 5107- 0941
<https://periodicorease.pro.br>
contato@periodicorease.pro.br

**IMPACTO POLÍTICO E PODER CULTURAL DE
PRODUÇÕES FICCIONAIS: O CASO *AINDA ESTOU AQUI***

OL



9786560542136